

A terceira e última parte, subdividida em outras três, reverbera os anos em que a chancelaria foi ocupada por Lauro Müller. Organizada de forma a retomar os grandes temas de política externa da República Velha, essa parte faz referência ao novo relacionamento com os Estados Unidos, de “amizade com limites” à “amizade sem reservas”; passando pela participação brasileira na revolução mexicana de 1910; pela “cordialidade desconfiada” com a Argentina; encerrando-se nos impactos trazidos pela I Guerra Mundial para o Brasil, como a vinculação aos aliados e a renúncia do Chanceler brasileiro nos primeiros anos de guerra.

A todos nós que acompanhamos a difícil forja de criação de um pensamento brasileiro de relações internacionais, a nova obra de Clodoaldo Bueno traz lúcidas e fundamentais análises acerca, principalmente, dos eventos diplomáticos do período Rio Branco. O autor nos brinda com toda sua experiência acadêmica ao longo do livro, que tem como grande mérito não a elaboração de conjecturas e padrões, mas sim a elegante e assertiva abordagem de um curto, porém importantíssimo, período da história das relações internacionais, desenvolvendo todos os aspectos do tema. Sem dúvidas, estamos diante de um já clássico estudo das relações internacionais do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

PROCÓPIO, Argemiro. No olho da águia. Unilateralismo e relações internacionais. São Paulo: Alfa-Omega, 2003, 157 p. ISBN: 85-295-0034-2

O fim da Guerra Fria ocasionou no país vencedor – Estados Unidos – sentimento de euforia de tal monta que um de seus ideólogos, Francis Fukuyama, chegou a decretar o fim da história, ou seja, a democracia liberal como a última etapa das instituições político-econômicas. Naturalmente, a administração cotidiana do presumido último estágio ficaria a cargo dos norte-americanos, que se transformariam no guardião da nova ordem mundial, que seria unipolar, menoscabando outros pólos de poder ou tendências que se configuram hodiernamente.

Todavia, para Argemiro Procópio, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, esse conceito apenas mascara o contínuo jogo de poder, que sempre perpassa as relações internacionais. Desse modo, o fim da Guerra Fria não assegura harmonia, nem prosperidade; porém, a supremacia de um pequeno grupo de nações, que, a pretexto de manter a estabilidade com vistas a um interesse universal, subordina o destino de inúmeras outras, tanto política como economicamente. Seria, para ele, a modernização do conceito de espaço vital, tão caro aos expansionistas alemães do século passado.

Até na academia, a influência ideológica do pretense consenso é sobremaneira atuante, de tal forma que, argutamente, o autor aponta a semelhança dos programas de estudos de política internacional tanto na América do Sul como na África Subsárica, sem se esquecer da Europa Oriental. Assim, conceitos como o de interesse nacional esmaecem não a favor de um maior conagraçamento internacional, mas em detrimento do benefício das corporações multinacionais e também de redes transnacionais de ilícitos. Ante a presente situação, pouco podem fazer os organismos internacionais, cuja limitada ação encontra eco apenas no setor econômico. A solução para o impasse seria inevitavelmente a democratização – mais diplomacia, menos força – mesmo reconhecendo a impossibilidade de sua implementação no curto prazo.

Dentro da proposta de uma visão mais ampla do cenário contemporâneo, o autor incursiona pelo principal vetor ascendente da política mundial, a China, revelando-se amplamente capacitado para tratar dessa nação, que desnorteia os analistas pela forma como ocorre sua fulgurante ascensão, a ponto de ser apontada, em substituição ao Japão, como a futura rival dos Estados Unidos, dentro, saliente-se, dos rumos do capitalismo.

Diferentemente da antiga União Soviética, cuja capitulação perante o Ocidente tenha decorrido, talvez, da excessiva, rápida e simultânea abertura política e econômica, a China, já nos anos 1970, havia-se decidido a iniciar a abertura, mas em lento compasso, de forma que sua elite não corresse o risco de perder as rédeas do processo, que contemplava, inclusive, maior relacionamento com o Ocidente, tendo por signo maior a restauração das relações sino-americanas, em 1971, com a diminuição progressiva da importância diplomática de Formosa/Taiwan.

A cautela, no decorrer do tempo, mostrar-se-ia adequada para o país, ao preservá-lo, notadamente, dos rompantes neoliberais que assolariam o planeta, principalmente, a partir dos anos 1990, com devastadores resultados no campo social, de modo que o país conseguiria atravessar, sem grandes percalços, a inclemente década, de pouco crescimento e desmonte do Estado desenvolvimentista/logístico. No campo político, apesar das restrições do Ocidente e da profunda percussão nos meios de comunicação, a China não tergiversaria em punir severamente os ativistas ardorosamente pró-democracia, eliminando “(...) lutas faccionais e manifestações que, se prosseguidas, seguramente provocariam guerra civil interrompendo o processo de desenvolvimento em curso” (p. 104).

Décadas depois, em um primeiro exame, tudo teria corrido bem, no entanto Procópio alerta para os problemas que podem tumultuar o inexorável caminho do sucesso, como a corrupção e a desigualdade social, que acompanham o ritmo do crescimento econômico. Afora isso, há problemas sensíveis para o país como a questão do *status quo* do Tibete e da abordagem relativa aos direitos humanos. Entrementes, não se pode deixar de apontar o êxito da China no tocante ao seu

gradual processo de reunificação ao intentar reunir Macau, Hong Kong e Formosa, afora a reivindicação posta de absorver as ilhas Spratlys, “(...) também reclamadas pela Malásia, Brunei, Vietnã e Filipinas” (p. 105).

Sem descuidar da influência das forças transnacionais, o autor enfoca, dentre elas, a mais candente para a primeira potência, a partir do atentado de 2001: o terrorismo, que mesmo confrontado com a alta tecnologia ainda acontece. Conforme argumenta Procópio:

Com ou sem o poderio de vigilância do unilateralismo, a porosidade das fronteiras nacionais sempre foi fato. Também não transparece ser de agora que o hedonismo pagão humilha povos com baixo poder aquisitivo. A violência e as imoralidades ensinadas pela mídia controladora da cultura dominante fortalecem as redes sustentadoras do terror (...). As debilidades estruturais fomentadas pela corrupção doméstica e pela injustiça externa prestam-se como argumentos a favor de insurreições. São reforçadas como nunca pelas disparidades do sistema internacional. (p. 132)

Desse modo, a luta não seria de civilizações, mas de classes, dado que o procedimento adotado pelas grandes potências não seria uniforme, variando de país a país, caso a caso. Quantas ditaduras, mesmo as extremamente corruptas, fundamentalistas de todos os credos e violadoras contumazes dos direitos humanos, foram e são toleradas!

Por fim, Procópio, cujo tino para evidenciar temas complexos e pouco explorados nas relações internacionais já foi sagazmente vivenciado nas áreas de meio ambiente e narcotráfico, propicia instigante painel que possibilita o contrabalanço entre o campo teórico – unilateralidade – e o prático – a ascensão chinesa e o estudo sobre as vertentes terroristas–, a partir, ressalte-se, de uma ótica brasileira, que enriquece, sem dúvida, escassa bibliografia disponível no vernáculo.

Virgílio Caixeta Arraes

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 443 p. ISBN: 85-7025-667-1.

Premiada como melhor Tese de Doutorado em 2000 pelo Departamento de Ciência Política da USP, a obra de Pecequilo torna-se leitura obrigatória para quem estuda não só a política externa dos Estados Unidos, mas as Relações Internacionais de maneira geral. Trata-se de um trabalho brasileiro sem precedentes sobre o tema e, justamente por ser uma obra nacional, esquivava-se das